

# A pós-verdade



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

Estamos vivendo coisas com que nunca sonhamos. Uma delas, a pós-verdade, que colocou a mentira no lugar da verdade, que deixou de ser o que é para tornar-se o que as emoções da rede social definiram como verdade. O fato foi substituído pela narrativa.

As descobertas científicas colocaram em nossas mãos milagres. Podemos, numa tela vazia em nossa frente, por artes de Deus ou do diabo, ver o que se passa em todos os lugares do mundo no instante mesmo em que estão acontecendo. Com uma pequena caixinha que cabe na palma de minha mão, posso localizar qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo e falar com ela, através dela me comunicar, saber e transmitir notícias, prever o tempo, fazer cálculos matemáticos e recuperar mensagens que me mandaram de outra máquina fabulosa — sua excelência, o computador —, que com um teclado que também me conecta com todo o mundo no mesmo instante em que me fornece todas as informações que desejo, milhões e milhões de dados sobre tudo, a cada segundo, sem um centro organizador e produtor, que vão se multiplicando quando alguém mais se junta a esse processo, que não tem limites e atinge o infinito, que é o conceito de rede.

O que acontece com nossa cabeça, que foi da cultura oral, fez uma pausa no livro e, de repente,

caiu na era da cultura visual? Que mudanças aconteceram em nossa maneira de pensar, nos costumes e nos sentimentos que durante milênios criaram a criatura humana que a História formou até agora? Nós nos acostumamos a conviver com a alegria, com a tristeza, com o amor em todos os seus níveis, com a noção de trabalho, com os valores da família, os sentimentos de ódio, da cólera, da violência, tudo isso de maneira artesanal, criando outro mundo, outra sociedade para a qual não estávamos preparados, diferente, com coisas que não podemos dominar, outro mundo a que buscamos nos adaptar, e não ele a nós.

Tudo mudou. Vivemos nossas circunstâncias, em que são as da realidade. Porém nossa realidade não é realmente a realidade. Nossos sentimentos e nossas reações estão sendo reciclados e já não são o que nos faziam acreditar. “O que em mim sente está pensando”, dizia o verso de Fernando Pessoa. Só que hoje, sentir e pensar não são mais faculdades do ser individual e, sim, do ser coletivo que somos.

O amor deixou de ser o amor como o concebíamos no passado. O mesmo acontece com a amizade, com a noção de convivência, com o ódio e a cólera. Estamos perdendo até a indignação, todos submetidos ao uso de uma droga tecnológica. As próprias drogas fazem parte desse contexto. A diferença é que estas são substâncias químicas para a sublimação dos prazeres. A droga da modernidade, com a parafernália de comunicação, nos impõe uma situação mais perigosa que a de não ter a liberdade de ingeri-la, porém, a obrigação de consumi-la.

O culto da velocidade. Não temos mais a liberdade de andar. As distâncias, o estilo de vida que foi criado nos fez dependentes da velocidade, do

patinete, da bicicleta, da moto, do carro, do ônibus, do trem, do avião. Já não tem sentido escrever cartas. A civilização é oral, é o telefone. Escrever passou a ser algo atrasado. Escreve-se para confirmar o que se falou. Fala-se por telefone, por fax, pelo computador, pelo cinema, pela televisão, pelas redes sociais na internet.

Vemos perplexos que somos um grande laboratório e que estamos nos transformando com todas as mudanças que acontecem no mundo. É como se estivéssemos chegando ao desaparecimento da espécie de homem que foi o homem e que fez a História que chegou aos nossos dias.

Estamos em meio a essas perplexidades que são mais de segurança que de dúvidas. Nossas reações são condicionadas pelas inseguranças que nos rodeiam. Já não sabemos o que é bom e o que é mau. Nossos códigos de ética e comportamento individual, aquelas leis que cada um de nós processa dentro de si ao longo da vida, de um momento para outro estão questionados pela realidade virtual. São os meios de comunicação que nos condicionam, e de tantas informações que nos chegam já não podemos distinguir o que é verdade e o que é mentira... As verdades são tantas, que é impossível saber qual delas realmente é a verdade. Abrimos os jornais, vemos televisão, navegamos na internet, e a soma de informações que nos chegam é tão grande, que não podemos estabelecer uma escala de valores para absorvê-las.

Estamos dentro da bolha da rede social na internet, da qual é impossível fugir. A tarefa de sair tornou-se inexpugnável.

São tantas as versões que existem sobre uma verdade, que é difícil descobrir onde está escondida a verdadeira mentira.

Maurenilson Freire



## O Brasil de frente para o mar



» MARCIA HIROTA  
E ROBERTO KLABIN  
Presidente e vice-presidente da  
Fundação SOS Mata Atlântica,  
respectivamente

Em pleno Dia Nacional da Mata Atlântica (27 de Maio), o Brasil deu um passo importante rumo à proteção de seus ecossistemas marinhos e costeiros. A aprovação da Lei do Mar na Câmara dos Deputados representa um momento histórico: pela primeira vez, o país está prestes a ter um marco legal para garantir a governança da Zona Costeira e Marinha, território fundamental para a segurança climática, alimentar, econômica e cultural.

Com mais de 7,5 mil quilômetros de costa e uma zona costeira onde vive mais de 60% da população brasileira, é urgente que o país priorize essa agenda. O Sistema Costeiro-Marinho brasileiro, como definido pelo IBGE abrangendo áreas continentais sobre influência marinha e uma vasta área oceânica, carece da integração de várias políticas setoriais fragmentadas e atualização de normas que foram historicamente pouco implementadas. A ausência de um marco legal específico tem levado à sobreposição de competências, conflitos de uso, degradação ambiental e insegurança jurídica para empreendedores e comunidades tradicionais.

A proposta da Lei do Mar define diretrizes claras de gestão, integração, planejamento espacial e instrumentos de monitoramento — um arcabouço legal que dá segurança às atividades

sustentáveis e à conservação. Além disso, outro pilar é o fortalecimento da participação social, a valorização dos conhecimentos científicos e dos conhecimentos locais e tradicionais na gestão dos territórios marinhos e costeiros.

Inspirada no processo que originou a Lei da Mata Atlântica, aprovada em 2006, a proposta da Lei do Mar foi apresentada inicialmente pelos deputados Sarney Filho e Alessandro Molon. Após resistências de alguns setores, o texto passou por aprimoramentos e, a partir de 2021, ganhou novo fôlego com a relatoria do deputado Túlio Gadêlha. Com amplo diálogo, o texto atual reflete o equilíbrio entre a necessidade de conservar os ecossistemas, ordenar atividades produtivas e garantir direitos dos povos e comunidades tradicionais no território.

A Zona Costeira e Marinha abriga ecossistemas essenciais, como recifes de coral, manguezais e bancos de algas, que desempenham papel-chave na regulação do clima, na proteção contra eventos extremos e na manutenção da biodiversidade. Segundo dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os oceanos absorvem mais de 90% do excesso de calor gerado pelas emissões de gases de efeito estufa, tornando sua proteção uma medida central na agenda climática global. Estudos também mostram que áreas marinhas bem manejadas têm maior resiliência aos impactos do aquecimento e da acidificação dos oceanos, além de serem estratégicas para a manutenção dos recursos pesqueiros e outros serviços ecossistêmicos.

A economia azul brasileira, que já representa cerca de 19% do PIB nacional com setores como pesca, turismo e energia, pode ser impulsionada por uma legislação moderna e eficaz,

capaz de ampliar investimentos, proteger serviços ecossistêmicos e garantir previsibilidade regulatória a todos os envolvidos. A Lei do Mar tem o potencial de ordenar o território marinho, favorecer a atração de investimentos verdes e qualificar o debate sobre a transição ecológica no país.

A aprovação da Lei do Mar na Câmara Federal foi um importante sinal do país para a Conferência da ONU sobre os Oceanos, na França. O discurso brasileiro reforçou o compromisso em fortalecer pontos como as áreas protegidas marinhas, a gestão pesqueira sustentável, o planejamento espacial marinho e a educação para o oceano. Além disso, é clara a sinergia entre as políticas para o oceano e o clima, nas vésperas da Conferência das Partes em Belém.

Com a COP30 se aproximando, o Brasil tem agora a oportunidade de chegar ao evento com um novo marco legal aprovado, reafirmando seu compromisso com a agenda climática e com a proteção dos oceanos, contribuindo diretamente para o cumprimento de metas globais, como o Acordo de Paris, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Marco Global da Biodiversidade. A aprovação definitiva da Lei do Mar é também um gesto de compromisso com o futuro do país.

Agora, a bola está com o Senado Federal. Espera-se que, diante da relevância estratégica da Lei do Mar para o país e do acordo político que viabilizou sua aprovação na Câmara, a tramitação no Senado ocorra com celeridade. A aprovação da Lei do Mar pelo Senado representaria não apenas um avanço legal, mas uma sinalização firme ao país e ao mundo de que estamos preparados para assumir um papel de protagonismo na proteção dos oceanos. O momento exige coragem, visão e compromisso com as gerações futuras.

Visto, lido  
e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //  
circecunha.df@dabr.com.br



## Por onde anda a consciência

Entre as várias facetas que possibilitaram a ascensão do ser humano ao patamar civilizatório — juntamente com o domínio da agricultura, do fogo, está o culto aos antepassados. Tal prática, longe de ser mero resquício de um passado obscuro e supersticioso, constitui uma das expressões mais profundas da consciência histórica e da projeção do ser humano no tempo.

Comum a todas as civilizações antigas, o ritual de celebração e rememoração dos entes falecidos constituiu-se em um dos pilares que resultaria, posteriormente, na formação embrionária da religião. Os monumentos megalíticos, os túmulos monumentais e as cerimônias fúnebres complexas. Todos esses elementos apontam para uma tentativa de dialogar com o invisível e de eternizar na memória coletiva aqueles que vieram antes e cujas ações moldaram o presente de seus descendentes.

O culto aos mortos, em seu sentido ontológico, permitiu à humanidade estender para o pretérito o significado de sua existência, ligando-a até o presente e, por consequência, expandindo o sentimento de continuidade para o futuro. Em outras palavras, a reverência aos antepassados consolidou a noção de que o tempo não é uma sucessão de instantes isolados, mas uma corrente contínua, em que o ontem toca no hoje e projeta-se no amanhã. As experiências trazidas pelos entes do passado possibilitaram à existência presente maior conforto, sabedoria e resiliência. Foram as cicatrizes dos que vieram antes que abriram os caminhos pelos quais hoje trilhamos.

A percepção da finitude despertou a necessidade de permanência simbólica, fosse por meio da memória, da herança ou da transcendência espiritual. O humano, ao reconhecer sua impermanência biológica, inventou a eternidade cultural.

Muito mais do que simples rituais metafísicos, a meditação sobre a personalidade e os acontecimentos passados desencadeou na espécie humana o desejo pelas possibilidades. Dessa forma, a construção do futuro está, indissociavelmente, ligada aos fatos passados, constituindo-se no alicerce do presente e na base do que ainda virá.

Esse elo com o tempo, no entanto, parece cada vez mais tênue na contemporaneidade. Deixados de lado este e outros aspectos próprios da antropologia cultural e dando um salto até os dias atuais — particularmente no contexto da sociedade brasileira —, o que se percebe, à primeira vista, é que o encurtamento de nossa memória, seja pela insuficiência de informação, seja pelo excesso dela, o que tem transformado cada um de nós em seres inertes, entorpecidos pela velocidade dos acontecimentos, pela espuma das narrativas efêmeras e pela desinformação crônica.

Vivemos a era da amnésia seletiva. O desprezo pelas experiências do passado nos tornou reféns de nós mesmos, entregues a um estado de letargia permanente. Já não nos indignamos com o absurdo cotidiano, aceitando de bom grado o prato frio que nos servem — por vezes requeijado com promessas quebradas e discursos desgastados. É a anestesia das consciências, o colapso da responsabilidade histórica.

É justamente essa sociedade, dita moderna, que encara a morte com assepsia total — limpa, distante, institucionalizada — a mesma que vai apodrecendo a céu aberto, moralmente putrefata, condenada, como Prometeu, a ter o fígado (a indole) devorado, diariamente, pelos abutres do poder, do marketing ideológico, da manipulação semântica.

O afastamento simbólico da morte, aliado ao desprezo pelas lições dos mortos, resultou numa geração que não sabe de onde veio, nem para onde vai. Uma sociedade que ri de sua própria decadência, que chama de progresso aquilo que é corrosão de seus pilares mais profundos, que celebra o presente como se o passado fosse lixo e o futuro, irrelevante. Assim, abandonamos nossos mortos e, com eles, enterramos nossa própria consciência.

### A frase que foi pronunciada:

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

Karl Marx

### História de Brasília

Intransitáveis, os corredores dos blocos do IAPC. Sujeira excessiva e ninguém tem mais esperança de limpeza. Agora, que uma firma estará encarregada do serviço, pode ser que melhore. (Publicada em 5/5/1962)